

Câmara Municipal de Palmela

Projeto Educativo Local

Literacia: um caminho para uma cidadania responsável e consciente

GRUPO PEL

(versão validada e em atualização) 26 de julho de 2013

Índice

Introdução

1. Enquadramento: cidade, educação e Projeto Educativo Local
2. Caracterização sociodemográfica do Concelho de Palmela
3. A literacia em Palmela: um caminho para uma cidadania responsável e consciente
4. Metodologia
 - 4.1 O Projeto Educativo de Palmela: questões metodológicas
 - 4.2 Comunicação e divulgação
 - 4.2.1 Processo participativo de diagnóstico e construção
 - 4.2.2 Técnicas de diagnóstico e análise de causalidades
 - 4.3 Processo participativo de monitorização
5. Os principais problemas e necessidades identificados a partir dos princípios do MCE

Anexos

Políticas educativas municipais – documento síntese

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento: Cidade, Educação e Projeto Educativo

A dinâmica que as **idades** vêm assumindo na sua função educativa, nos mais diversos setores, por organizações públicas e privadas, disponibilizando uma série de ofertas desde as mais formais às não formais, coloca atualmente uma série de questões que se prendem com a sua coerência e a sua eficácia. Entre as atividades educativas realizadas de apoio à escola, ou de âmbito não escolar, de planeamento e gestão urbana, fazendo face às necessidades que cada vez são mais evidentes em termos educativos para o ser humano, questionamo-nos se a articulação existe, se a ação é eficaz e se o rumo que seguimos é pertinente.

Cada vez mais é questionado o papel que a administração local pode assumir na resposta a esta problemática e que impõe uma resposta urgente e coerente. Esta apresenta um verdadeiro potencial para mobilizar, moderar e catalisar ofertas e vontades, leituras e releituras da cidade, articulando saberes, recursos e cidadanias. O seu contato constante com os cidadãos e organizações faz do município um potencial *artesanão* de (re)criação de redes e relações importantes e fomentadoras de uma comunidade educativa em ascensão.

O Movimento Internacional de Cidades Educadoras¹, preconiza 20 princípios estruturadores da ação educativa da cidade, enquadra este desafio e apresenta uma proposta para a intervenção municipal. Não se limita a disponibilizar equipamentos e serviços mas, em conjunto com os cidadãos e organizações locais procura integrá-los numa lógica que maximize as potencialidades educadoras do território e favoreça a formação integral e contínua de todos.

É neste sentido que se assume que a autarquia tem um papel fundamental para o desenvolvimento de um Projeto Educativo Local (PEL), fomentando uma reflexão, construção e implementação conjunta do território, através dos seus cidadãos e organizações locais, assente nos princípios orientadores de uma cidade educadora.

Então, o que significa a educação e cidade neste contexto de PEL? E, afinal, o que será o PEL?

¹ Movimento internacional iniciado com a elaboração da Carta das Cidades Educadoras,

A nossa visão de educação assume a comunidade como um amplo espaço educativo, no qual, os vários intervenientes têm potencialidade para intervir, ao longo da vida e independentemente das suas diferenças. A escola é um pólo educador, um complemento importante dos restantes agentes educativos da sociedade. Educar na cidade é encarar a escolaridade, não como uma fase de exclusividade da educação, mas como uma etapa, a par das restantes etapas educativas, sendo que estas se manifestam pela vida fora, implícitas no dia-a-dia ou em situações criadas para o efeito.

É pensar a educação não apenas como aquisição de conhecimentos, mas “*además de ser sinónimo de aprender, también es crear las condiciones adecuadas para que la ciudadanía tenga autonomía de pensamiento y capacidad de auto-programación y de adquisición de conocimientos el resto de su vida.*” (Coppini, 2006:19)

A educação é “*el conjunto de actividades y prácticas sociales mediante las cuales, y gracias a las cuales, los grupos humanos promueven el desarrollo personal y la socialización de sus miembros y garantizan el funcionamiento de uno de los mecanismo esenciales de la evolución de la especie: la herencia cultural*” (Coll, 1999 in Coppini: 12)²

A cidade enquanto espaço educativo, assume-se como:

- Uma estrutura pedagógica estável formada por instituições com caráter educativo, desde o sistema formal (pré-escolar, ensino básico e secundário e universitário) aos estabelecimentos de educação não formal (creches, acompanhamento e dinamização de atividades para pessoas idosas, museus, equipamentos culturais de promoção de atividades de tempo livre, animação e etc.);
- Uma rede de equipamentos, recursos materiais e humanos e instituições onde surgem intencionalmente (ou não) programas educativos que promovem o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos.
- Um conjunto de acontecimentos programados ou ocasionais, situações educativas pontuais que surgem das instituições anteriormente mencionadas ou a partir da sociedade civil.
- Um ambiente educativo que resulta de uma ação permanente de espaços, lugares e vivências, programadas ou não, esporádicas ou contínuas.

² Coll, C. (1999). “*Algunos desafíos de la educación básica en el umbral del nuevo milenio*” Ponencia presentada en el III Seminario para Altos directivos de las Administraciones Educativas de los países iberoamericanos. La Habana. In Coppini, 2006:12.

“Si fuese posible medir el grado de educabilidad de una ciudad – es decir, su capacidad o potencia educativa -, deberían tomarse como indicadores no únicamente la cantidad y calidad de las escuelas que contiene, sino también el resto de instituciones y medios que generan formación, sobre todo, debería analizarse cómo interactúan y son capaces de armonizarse todos estos agentes” (Trilla, 1993)³.

A cidade educadora assume-se pela intencionalidade que deposita nos recursos (agentes, equipamentos, ideias) de que dispõe, atribuindo-lhes uma competência educadora. Desta forma, o PEL apresenta-se como um plano estratégico que dá conta dessa intencionalidade, otimizando a rede de saberes e competências que se encontra implícita mas raramente é aproveitada. É um instrumento que referencia e potencia a proximidade entre os vários agentes, comprometendo-os, com vista a um eixo de ação comum - a expressão educadora do território.

“La finalidad principal de la elaboración de un Proyecto Educativo de Ciudad es la de disponer de un instrumento que permita orientar el conjunto de las actuaciones educativas y que potencie los aspectos globales por encima de las tendencias sectoriales o fragmentadas.” (Coppini, 2006: 42)

Tal como referido anteriormente, pela sua proximidade, sendo os municípios instituições com capacidade de reunir esforços, gerar sinergias e cumplicidades, são eles os atores “ideais” para criar condições para que este instrumento estratégico de uma cidade educadora se efetive com base na criação de redes e canais de cooperação entre as diferentes instituições e cidadãos para que se formalize este projeto comum. A participação cidadã é fator essencial no processo, assegurando a maior diversidade de contributos de “saberes-fazer” na consolidação da cidade na sua função educadora.

O PEL pode ser definido como **“um instrumento de realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade”.** (*Maria Beatriz Canário*)

O projeto educativo comum à escola e ao território **“deve resultar de uma estratégia global e conjunta em que participem os responsáveis de uma comunidade local, as instituições e**

³ Trilla, J. (1993). *La educación fuera de la escuela. Ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel. In Coppini, 2006:24.

as entidades particularmente educativas, para dar prioridade e uso racional dos recursos e relações existentes ou latentes na organização social, económica e cultural de um determinado território". (Caballo).

Planear, de forma articulada e transversal, o desenvolvimento do capital humano, garantindo os direitos e deveres de cidadania e de participação democrática e gerando uma cultura de inclusão e desenvolvimento integral (Caballo).

É este objetivo que pretendemos alcançar porque entendemos o PEL como um documento estratégico que apresenta o compromisso colectivo do Município de Palmela na sua função educadora, e que tem como missão promover a **Literacia** enquanto conjunto de competências que capacita o indivíduo para a compreensão e ação no mundo que o rodeia.

2. Caracterização sociodemográfica do Concelho de Palmela

O concelho de Palmela encontra-se localizado na Península de Setúbal com uma extensão territorial com 462 km², sendo composto pelas freguesias de Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Poceirão e Marateca, dista cerca de 40 kms de Lisboa, compreende a nascente parte da Reserva Natural do Estuário do Sado e a poente parte do Parque Natural da Arrábida.

A freguesia de Palmela é sede do concelho e centro administrativo, a freguesia de Pinhal Novo caracteriza-se por ser o pólo urbano com maior dinâmica e que também apresenta algumas marcas de ruralidade, Quinta do Anjo é caracterizada pelo seu património natural e rural que coexiste com uma forte componente industrial, sendo as freguesias de Marateca e Poceirão marcadamente rurais.

Circunscrevendo uma vasta área entre as bacias do rio Tejo e do rio Sado, o concelho apresenta-se como um território de transição entre a paisagem rural e o tecido urbano. A zona nascente do concelho, que corresponde à freguesia de Marateca e Poceirão, é caracterizada por áreas de paisagem marcadamente alentejana, com a existência de grandes propriedades rurais, vastas extensões de montado de sobro usado para a criação de gado bovino, exploração de cortiça, apicultura e caça. É nesta zona que se encontram as castas que estão na origem do conhecido vinho produzido em região demarcada, bem como da produção da maçã riscadinha, espécie cuja produção está circunscrita a Palmela.

O setor agro-florestal e o setor pecuário detêm uma forte expressão nesta zona, conservando uma importância notória para a economia local.

O território concelhio é marcado por uma nítida assimetria entre as zonas Nascente e Poente, que corresponde em traços gerais às freguesias de Pinhal Novo, Palmela e Quinta do Anjo, sendo que é nesta zona que se tem observado o maior dinamismo demográfico, urbano e económico, com a fixação de empresas de serviços e da indústria automóvel.

No que respeita aos equipamentos escolares da rede pública, existem no concelho de Palmela três Jardins-de-infância, nove Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico com Jardim-de-infância, vinte Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, três Escolas do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e duas Escolas Secundárias com 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Neste contexto, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, os dados estatísticos sobre a população residente no concelho de Palmela entre 1991 e 2011 encontram-se assinalados do seguinte modo:

Quadro n.º 1 – População do concelho de Palmela

Unidade Territorial	População Residente							
	1991		2001		2011		Taxa de Variação 1991-2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Marateca	3644	8	3586	7	3648	6	4	0
Palmela	13874	32	16116	30	17310	28	3436	25
Pinhal Novo	15353	35	20993	39	24667	40	9314	61
Quinta do Anjo	6592	15	8354	16	11625	19	5033	76
Poceirão	4394	10	4304	8	4714	7	320	7
Concelho de Palmela	43857	100	53353	100	61964	100	18107	41
(Taxa de Variação)	-	-	9496	(22)	8611	(16)	-	-

Fonte: INE – Censos de 1991 a 2011

Da análise efetuada aos dados que constam no quadro n.º 1, pode-se aferir que o concelho de Palmela entre 1991 e 2011 viu aumentar a sua população em 18107 residentes, que globalmente representa uma Taxa de Variação de 41%. Entre 1991 e 2001, a população aumentou em 9496 residentes, com uma Taxa de Variação de 22%, e entre 2001 e 2011 aumentou em 8611 residentes, com a Taxa de Variação a situar-se nos 16%.

Entre 1991 e 2011, a freguesia de Pinhal Novo é a que apresenta maior preponderância face ao número total de habitantes e a que maior de crescimento exhibe, aumentou em 9314 residentes com uma Taxa de Variação de 61%, valor que representa 51% do aumento da população do concelho de Palmela.

A freguesia de Quinta do Anjo apresentou um acentuado crescimento da sua população com 5033 residentes, a maior de Taxa de Variação do concelho de Palmela com 76% e 28% do aumento da população do concelho de Palmela.

A freguesia de Palmela, apresentou um aumento populacional em 3436 residentes com a Taxa de Variação a situar-se nos 25%. A freguesia de Poceirão⁴, aumentou a sua população em 320 residentes, com a Taxa de Variação em 7%. A freguesia de Marateca⁵ aumentou a sua população em 4 residentes com a Taxa de Variação de 0%.

Relativamente aos Censos de 2011, o concelho de Palmela tem 61964 residentes, a freguesia de Pinhal Novo apresenta 24667 residentes com 40% de preponderância face ao número total de residentes, seguida da freguesia de Palmela com 17310 residentes e 28% de preponderância, seguida pela freguesia de Quinta do Anjo com 11625 residentes 19% de preponderância, a freguesia de Poceirão com 4714 residentes (7%) e, por último, a freguesia de Marateca com 3648 residentes (6%).

3. A literacia em Palmela: um caminho para uma cidadania responsável e consciente

O grande desafio do PEL é possibilitar a ação educativa conjunta, como forma de superar a dispersão de um grande e diversificado conjunto de atividades e propostas educativas. Estas detêm, na generalidade, menos recursos, assim, é condição fundamental a conceção de projetos bem articulados que surjam de um diagnóstico rigoroso da realidade, definindo linhas de atuação e,

⁴ Atualmente extinta após promulgação do Presidente da República (a 16 de Janeiro, 2013).

⁵ Atualmente extinta após promulgação do Presidente da República (a 16 de Janeiro, 2013).

sobretudo, prioridades de intervenção. Esta atuação em conjunto pressupõe o reforço do papel e a presença efetiva de redes locais.

Pretende-se que o PEL de Palmela possa contribuir para reinventar a vida na cidade como um novo desafio construído por todos, numa perspetiva das diferentes formas de literacia, numa visão holística da comunidade.

O conceito de literacia é complexo e tem evoluído resultado do entendimento gradual da sua abrangência e pluralidade. De acordo com a UNESCO⁶ a literacia é:

- Um direito humano;
- Uma habilidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e calcular, através do uso de materiais impressos e escritos, em variados contextos;
- Uma ferramenta de autonomia individual e de desenvolvimento social e humano;
- Uma ferramenta para a democracia e necessidade básica da cidadania.

A literacia envolve uma aprendizagem contínua para atingir objetivos individuais, desenvolver o conhecimento e potenciar a participação, de forma plena na comunidade e na sociedade em geral⁷. Contribui para a transformação social e para a liberdade pessoal e coletiva.

Segundo Paulo Freire (1981), a literacia é uma ação cultural para a liberdade. Não se trata apenas de saber ler e escrever. Trata-se de tomar consciência da subjetividade, no sentido de refletir criticamente, questionando o porquê das coisas, e agindo no sentido de melhorá-las.

Hoje entende-se a Literacia como a capacidade de ler e escrever de forma coerente, e ter a competência para compreender de forma crítica o sistema de símbolos que traduzem a vida em sociedade. Inclui a compreensão de todas as formas de comunicação que estão para além da comunicação escrita (linguagem oral e corporal, imagens, vídeos e sons), sendo que cada cultura possui um sistema simbólico diferente dos restantes.

O PEL de Palmela e procurará ter em conta a pluralidade da literacia nas suas mais variadas dimensões, adaptando os seus objetivos programáticos às diferentes necessidades levantadas na

⁶ Conceito formulado no Encontro de Especialistas da UNESCO, em 2003.

⁷ *"Literacy is the ability to identify, understand, interpret, create, communicate and compute, using printed and written materials associated with varying contexts. Literacy involves a continuum of learning in enabling individuals to achieve their goals, to develop their knowledge and potential, and to participate fully in their community and wider society."*

comunidade. Assim, pretendemos abordagens flexíveis e diversificadas em função do contexto em que o PEL será aplicado, a partir de um conhecimento prévio da realidade definido na fase de diagnóstico.

Em última análise pretendemos posicionar a literacia no centro do plano estratégico de Palmela enquanto cidade educadora. Queremos assegurar-nos de que todos têm acesso à informação, que a compreendem, e que a utilizam. Queremos que todos os indivíduos tenham consciência de que podem contribuir para a mudança. Queremos criar sinergias e oportunidades de diálogo. Queremos criar uma sociedade literata.

4. Metodologia

4.1 O Projeto Educativo de Palmela: questões metodológicas

Partindo do pressuposto de que os cidadãos e instituições locais são responsáveis pela educação de todos, o PEL representa um processo estratégico orientado para a expansão das potencialidades locais, económicas, ecológicas e culturais do território, e o aumento das condições de realização e de felicidade dos seus habitantes.

Desta forma, é imperativo que o processo de conceção e desenvolvimento do PEL tome forma como um *modelo dinâmico*, que permita compreender a identidade educativa do território de Palmela, pela identificação dos problemas, dos recursos e das potencialidades. Concebemo-lo como um processo permanente, participado, implicado e inacabado, que define as possíveis relações causais dos problemas/necessidades a partir dos *Princípios das Cidades Educadoras*, integrando-os no contexto económico, social, cultural e político local. Neste percurso, pretendemos identificar os recursos e as potencialidades do município e da comunidade capazes de contribuir para o sentido educativo do território. Pretendemos, igualmente, identificar os intervenientes (pessoas, famílias, instituições...), as suas representações e expectativas na resolução de problemas e/ou no levantamento de necessidades nas áreas identificadas e consideradas como fundamentais para uma *cidade educadora*.

Queremos que o processo abranja a análise do contexto educativo e educador do território, onde se identificam problemas, potencialidades e mecanismos de mudança, bem como as aspirações latentes e expressas pelos vários grupos face aos problemas e à sua evolução.

É a partir do desígnio de um processo educativo permanente, que regenera continuamente a sociedade, que a intencionalidade educativa surge no contexto deste PEL. Esta intencionalidade decorre do processo, iminentemente reflexivo, de observar, planear, adequar as práticas e avaliar.

Deste modo, o PEL consolidará, a nosso ver, a responsabilidade do município no potencializar a realização educativa da cidade, e facilitará a clarificação do papel de cada agente na rentabilização dessas potencialidades.

Para tal, será necessário traçar um caminho onde se cumprem diferentes fases, necessárias a esta concretização: 1ª fase – Definição de categorias de análise do território; 2ª fase – levantamento de recursos educativos locais; 3ª fase – conceção e gestão participada do PEL.

1ª Fase – Definição de categorias de análise do território

Com base nos Princípios das Cidades Educadoras, considerou-se determinante proceder à formulação de um conjunto de questões com o objetivo de auxiliar na construção de ferramentas que permitam analisar, posteriormente, o potencial educativo de Palmela.

Pretende-se efetuar inferências sobre a informação subjacente ao texto da Carta das Cidades Educadoras, sintetizadas pela AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras. As cidades representadas no 1º Congresso Internacional, que teve lugar em Barcelona em Novembro de 1990, reuniram na Carta inicial, os princípios essenciais ao impulso educador da cidade. Partem do princípio que o desenvolvimento dos seus habitantes não pode ser deixado ao acaso. Esta Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Génova (2004), a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais.

A presente Carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

De acordo com o proposto, definiram-se as seguintes questões:

1. É promovida a igualdade de acesso aos meios e oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que a cidade oferece?
2. A cidade favorece a diversidade, a compreensão, a cooperação e a paz internacional?
3. A cidade evita a exclusão motivada pela raça, sexo, cultura, idade, deficiência, condição económica ou noutros tipos de discriminação?
4. Existem obstáculos (incluindo as barreiras físicas) que impeçam o exercício do direito da igualdade? Quais?
5. A política educativa geral inclui todas as modalidades de educação formal e não formal?
6. O município estabelece as políticas locais possíveis vindas dos dispositivos legais provenientes da administração central?
7. O município estimula a participação dos cidadãos no projeto coletivo?

8. É promovida a qualidade de vida, de justiça social e de promoção dos seus habitantes?
Como?
9. Existe um conhecimento exato da situação e das necessidades dos seus habitantes? São realizados estudos sobre este ponto, sendo atualizados e tornados públicos? São formuladas propostas concretas sobre o que revelam esses estudos?
10. Que desenvolvimento da ação formativa é realizado nos centros de ensino estruturado da cidade?
11. São conhecidas e promovidas iniciativas de educação não formal com vista ao conhecimento real da cidade e à formação e informação dos seus habitantes?
12. O município avalia o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou outras, e das realidades que as crianças e os jovens recebam sem mediação alguma? Promove-se o equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária para a descoberta?
13. Existem oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, das crianças e que possam serem partilhados com outras gerações?
14. Existe oferta de formação na cidade, para pais e educadores, que lhes permita ajudar os seus filhos a crescer e utilizar a cidade num espírito de respeito mútuo? São divulgadas as instruções necessárias a todas as pessoas em contacto com as crianças? O município assegura que essas instruções sejam assumidas pelos organismos de segurança e de proteção civil que de si dependem diretamente?
15. Existe aconselhamento de orientação pessoal e profissional? Estão definidas estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaboração com as organizações de trabalhadores e empresários na criação de postos de trabalho?
16. Faculta-se a participação dos habitantes numa ampla gama de atividades sociais? Existe uma planificação educativa e as necessidades do mercado de trabalho?
17. São conhecidos os mecanismos de exclusão e marginalização que afetam a cidade e as formas de que se revestem? Desenvolvem-se intervenções compensatórias adequadas? Estas partem da visão global do indivíduo e do conjunto de direitos comuns a todos?
18. É incentivado o associativismo com o fim de formar os jovens para a tomada de decisões
19. São estabelecidos instrumentos úteis e linguagens para que os recursos da cidade estejam ao alcance de todos num plano de igualdade? A informação abrange habitantes de todos os níveis e idades?
20. As crianças dispõem de locais de informação, e de auxílio, especializados, e, se necessário, de um conselheiro?

21. São encontradas formas de preservação e divulgação da identidade da cidade?
22. O planeamento urbano tem em conta o impacto deste no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e no agir contra a segregação de gerações? O ordenamento do espaço físico urbano realça o reconhecimento das necessidades de recreio e de lazer e propicia a abertura a outras cidades e à natureza?
23. É garantida a qualidade de vida através de ambiente saudável e de uma paisagem urbana em equilíbrio com o seu meio natural?
24. A cidade favorece a liberdade e a diversidade cultural, acolhendo tanto as iniciativas de vanguarda como a cultura popular e contribui para corrigir as desigualdades que surjam na promoção cultural, resultantes de critérios exclusivamente comerciais?
25. É promovido o direito de refletir e participar na criação de programas educativos? Estão acessíveis os instrumentos necessários que permitam aos habitantes descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de os escutar?

A metodologia adotada baseou-se na técnica de análise de conteúdo⁸ de cada questão, verificando com que frequência ocorre determinada ideia/tema, quais as características ou atributos que lhes estão associados e a relação entre os mesmos.

Isolaram-se categorias - "*certo número de sinais da linguagem que representam uma variável na teoria do analista*" (Hogenraad, 1984) - enquanto *termo-chave* que indicam a significação central do conceito que se quer apreender e de outros indicadores que descrevem o seu campo semântico. As categorias são exaustivas de forma a garantir que todas as unidades de registo possam ser integradas.

Com base no conjunto das 25 questões, procurou-se saber com que frequência ocorrem determinados temas/objetos, e quais os mais relevantes.

⁸ A abordagem utilizada teve por base os princípios da Análise de Conteúdo. A AC é uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. É um método de análise textual que se utiliza no estudo de dados qualitativos, na investigação histórica, em estudos bibliométricos, ou outros em que os dados tomam a forma de texto escrito. Berelson (1952) definiu a análise de conteúdo como "*uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação*". Cartwright (1953) alarga o âmbito da AC propondo a sua extensão a "*todo o comportamento simbólico*"; mais tarde Krippendorff (1980) definiu esta técnica "*como uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto*".

Quadro - Quadro de Categorias

Categorias de análise (1)	SISTEMA EDUCATIVO E POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL	ESPAÇO PÚBLICO E SENTIDO EDUCATIVO	EQUIDADE, IGUALDADE E CIDADANIA	PARTICIPAÇÃO E COOPERAÇÃO	ESTUDOS DE IMPACTO / AVALIAÇÃO
Unidades de análise (2)					
– É promovida a igualdade de acesso aos meios e oportunidades de formação , desenvolvimento pessoal e entretenimento que a cidade oferece?	X	X	X		
– A cidade favorece a diversidade , a compreensão , a cooperação e a paz internacional ?			X	X	
– A cidade evita a exclusão motivada pela raça, sexo, cultura, idade, deficiência, condição económica ou noutros tipos de discriminação ?			X		
– Existem obstáculos (incluindo as barreiras físicas) que impeçam o exercício do direito da igualdade ? Quais?		X	X		
– A política educativa geral inclui todas as modalidades de educação formal e não formal ?	X				
– O município estabelece as políticas locais possíveis vindas dos dispositivos legais provenientes da administração central?	X				
– O município estimula a participação dos cidadãos no projeto coletivo?				X	
– É promovida a qualidade de vida , de justiça social e de promoção dos seus habitantes? Como?			X	X	
– Existe um conhecimento exato da situação e das necessidades dos seus habitantes? São realizados estudos sobre este ponto, sendo atualizados e tornados públicos? São formuladas propostas concretas sobre o que revelam esses estudos?					X
– Que desenvolvimento da ação formativa é realizado nos centros de ensino estruturado da cidade?	X				
– São conhecidas e promovidas iniciativas de educação não formal com vista ao conhecimento real da cidade e à formação e informação dos seus habitantes?		X	X	X	
– O município avalia o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou outras, e das realidades que as crianças e os jovens recebam sem mediação alguma?					X
– Promove-se o equilíbrio entre a necessidade de protecção e a autonomia necessária para a descoberta?		X	X		
– Existem oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, das crianças e que possam ser		X	X		

partilhados com outras gerações?					
– Existe oferta de formação na cidade, para pais e educadores, que lhes permita ajudar os seus filhos a crescer e utilizar a cidade num espírito de respeito mútuo?	X	X	X		
– São divulgadas as instruções necessárias a todas as pessoas em contacto com as crianças?		X	X		
– O município assegura que essas instruções sejam assumidas pelos organismos de segurança e de proteção civil que de si dependem diretamente?		X	X		
– Existe aconselhamento de orientação pessoal e profissional? Estão definidas estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaboração com as organizações de trabalhadores e empresários na criação de postos de trabalho?	X		X		X
– Faculta-se a participação dos habitantes numa ampla gama de atividades sociais? Existe uma planificação educativa e as necessidades do mercado de trabalho?	X		X	X	X
– São conhecidos os mecanismos de exclusão e marginalização que afetam a cidade e as formas de que se revestem? Desenvolvem-se intervenções compensatórias adequadas? Estas partem da visão global do indivíduo e do conjunto de direitos comuns a todos?			X		X
– É incentivado o associativismo com o fim de formar os jovens para a tomada de decisões?			X	X	
– São estabelecidos instrumentos úteis e linguagens para que os recursos da cidade estejam ao alcance de todos num plano de igualdade?		X	X		
– A informação abranje habitantes de todos os níveis e idades?		X	X		
– As crianças dispõem de locais de informação, e de auxílio, especializados, e, se necessário, de um conselheiro?		X	X		
– São encontradas formas de preservação e divulgação da identidade da cidade?		X			
– O planeamento urbano tem em conta o impacto deste no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e no agir contra a segregação de gerações?		X	X		
– O ordenamento do espaço físico urbano realça o reconhecimento das necessidades de recreio e de lazer e propicia a abertura a outras cidades e à natureza?		X			X
– É garantida a qualidade de vida através de ambiente saudável e de uma paisagem urbana em equilíbrio com o seu meio natural?		X			
– A cidade favorece a liberdade e a diversidade cultural, acolhendo tanto as iniciativas de vanguarda como a cultura popular?		X	X		
– A cidade contribui para corrigir as desigualdades que surjam na promoção cultural, resultantes de critérios exclusivamente comerciais?		X	X		
– É promovido o direito de refletir e participar na criação de programas educativos?	X		X	X	

<p>– Estão acessíveis os instrumentos necessários que permitam aos habitantes descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de os escutar?</p>	X	X	X	X	X
--	---	---	---	---	---

A abordagem e decomposição das questões [unidades de análise (II)], conduziu à identificação de cinco categorias de análise (I) Quadro:

1. Sistema Educativo e Política Educativa Municipal:

Neste nível engloba-se o sistema educativo institucionalizado, onde se incluem as ofertas educativas formais: pública, privada e solidária, ou seja a *"educação e o ensino cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado que decorre nos jardins-de-infância, nas escolas, nas universidades, nos institutos politécnicos e outras instituições de ensino acreditado"*. Engloba, ainda as políticas desenvolvidas pelo município nas áreas das competências legalmente definidas e as atividades realizadas, em parceria, na área da animação socioeducativa e pedagógica.

Pretende-se potenciar, nesta categoria o nível de informação geral sobre a realidade escolar e o sistema educativo, bem como as respostas em termos da política educativa municipal e da ação socioeducativa e pedagógica, verificando a sua adequação às necessidades. Deste modo serão definidos alguns indicadores de contexto que permitirão analisar a eficácia e eficiência das respostas educativas, a sua cobertura e diversidade e adequá-las às necessidades. Permitirá, ainda, através da informação recolhida sobre as atividades de animação socioeducativa, fornecer informação para análise das categorias posteriores, nomeadamente as que contém as políticas/ações de educação não formal e informal.

2. Espaço Público e Sentido Educativo:

A cidade é o lugar de exercício da cidadania. Composta pelas duas dimensões do espaço: privado e público; nela reside a experiência social na sua plenitude. Ora, o Espaço Público, aqui entendido como condição pública da cidade, é o elemento estruturador da forma urbana na sua «função de fundar e consolidar os laços sociais, como condição fundamental da qualidade de vida urbana»(Castro, 2002)⁹. Trata-se de um direito público de exercício da cidadania (GRAFF, 1996:153)¹⁰, onde reside, em permanência, a diferença e «onde se

⁹ CASTRO, Alexandra - Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. Lisboa: Cidades-Comunidades e Territórios, Dez. 2002, n.º 5, pp. 53-67. pp. 53. [in http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3392/1/Cidades2002-5_Castro.pdf, consult. 18 dezembro de 2012]

¹⁰ Idem, p. 54

realizam o jogo tático das identidades, as fronteiras sociais flexíveis, as zonas simbólicas de contacto, as variações de escala (...)» (Arantes, 2000)¹¹. Está fortemente associado à noção de acessibilidade totalmente livre pela «possibilidade de a ele aceder em qualquer momento, por qualquer pessoa, para desenvolver atividades não explicitamente determinadas» (Castro, 2002. p. 54).

Neste sentido, e no contexto de uma Cidade Educadora, considera-se que um projeto para a cidade deve, obrigatoriamente, considerar o valor que os lugares têm como referenciais para as pessoas, porque lhes dá um sentido de pertença a um território, com base na sua cultura e na sua história – esses referenciais vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades variadas. (Lia Motta in ARANTES). Isto significa que «a reivindicação de uma melhor cidadania pode, ou melhor, deve ser feita, também, no quadro da reivindicação de uma melhor urbanidade» por meio da vinculação do direito ao espaço público. (Ferreira, 2000)¹². É aqui que as comunidades se encontram, se exibem e, de forma recíproca, cambiam conhecimentos.

É, pois, essencial que a cidade se revista de espaços públicos – de livre acesso – culturalmente ricos e estimulantes, capazes de despertar a curiosidade e o desejo de aprender, porquanto é o conjunto de experiências com sentido e ligação entre si, que dá coerência e consistência à cidade educadora.¹³

Pretende-se, nesta categoria, potenciar, por exemplo, a acessibilidade à informação e aos espaços, equipamentos e recursos; e sensibilizar para que o planeamento urbano tenha efetivamente em conta o desenvolvimento dos cidadãos e a sua qualidade de vida.

3. Equidade, Igualdade e Cidadania:

Esta categoria contém genericamente as questões relacionadas com a cidadania, igualdade e equidade. São áreas transversais a toda a intervenção educativa, mas que assumem especificidades da educação *não formal*, considerada *“toda a atividade organizada e sistematizada, que se realiza fora do quadro da **educação formal**, para promover determinados tipos de aprendizagem a grupos específicos de uma população, sejam adultos ou crianças”* e ***educação informal*** *“que se baseia na aprendizagem espontânea a partir do*

¹¹ ARANTES, António A. (org.) – O Espaço da Diferença. Campinas: Papiros Editora, 2000. P. 54 [in <http://pt.scribd.com/doc/33503254/Arantes-O-ESPACO-DA-DIFERENCA>, consult. 18 dezembro de 2012]

¹² FERREIRA; Vitor Matias - Cidade e democracia. Ambiente, património e espaço público. Lisboa: Cidades – Comunidade e Território. Dez. 2000, n.º1 pp. 9 – 35 [in http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3286/1/Cidades2000-1_Ferreira.pdf, consult. 18 dezembro de 2012]

¹³ Adaptado de Departamento de Educação Básica - Núcleo de Educação Pré-escolar- Orientações curriculares para a Educação pré-escolar. Lisboa: Ministério da Educação 1997.

meio e das relações que se estabelecem e das múltiplas experiências ao longo da vida, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos através das suas experiências diárias e a sua relação com o meio ambiente”.

Aqui integram-se as questões da *intergeracionalidade, inclusão, proteção* e igualdade. A intergeracionalidade refere-se às relações de proximidade de diferentes gerações no sentido de sensibilizar e formar a comunidade sobre os preconceitos do idadismo e a necessidade de promover atividades de encontro de gerações. A inclusão diz respeito à integração dos indivíduos nas suas comunidades e espaços de referência e deve refletir as dimensões económicas, políticas, sociais e culturais. O modelo de proteção junto de crianças e jovens apela à participação ativa da comunidade, pelo estímulo de energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social e proteção dos direitos das crianças e dos jovens, seniores e pessoas sem-abrigo.

4. Participação e Cooperação:

«Cooperação é resultado de um fazer humano pautado no diálogo das diferenças. Um diálogo que se dá numa relação de interdependência visando, invariavelmente, o bem coletivo, onde diferentes atores, em lugares diferentes, em interação, complementando-se, sem se opor ou se mesclar, experimentam o desafio de serem autônomos na ação e interdependentes na missão.»¹⁴

5. Estudos de Impacto / Avaliação:

Reporta à recolha sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa/projeto/iniciativa/medida/estudo, e a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios, passíveis de serem defendidos publicamente, para determinar o seu valor e relevância. A avaliação deve originar recomendações, medidas de melhoria e informações para prestar contas aos públicos interno e externo do trabalho desenvolvido, bem como servir de base ou guia para a tomada de decisões. Pretende-se, nesta categoria, identificar a existência de metodologias regulares de avaliação dos projetos, ações e intervenções planeadas no âmbito da função educadora da cidade.

2ª Fase – Levantamento de recursos educativos locais

Partindo do pressuposto de que Palmela se está a construir como uma Cidade Educadora e que, neste percurso, busca a intencionalidade educativa em toda a sua amplitude, o que originará, de

¹⁴In http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/cultura_cooperacao/01.htm, consult. 19 dezembro de 2012.

modo orgânico, um trabalho de parceria ao nível da conceção de projetos, iniciativas e utilização de recursos, consideramos que a primeira fase deste trabalho obriga a um levantamento exaustivo dos recursos¹⁵ locais.

A equipa técnica procedeu ao levantamento de projetos, ações, protocolos, parcerias municipais, que consubstanciam a Política Educativa do Município. Para tal foi desenvolvido um conjunto de contactos com os serviços da autarquia, presentes ou não na EME, com o objetivo de recolher informação, de modo a que todas as áreas de intervenção fossem contempladas. Elementos que fazem parte da «Política Educativa Municipal» (anexo...), documento determinante para trabalhar a categoria de análise 1- Sistema Educativo e Política Educativa Municipal.

Numa segunda etapa procedemos ao levantamento das entidades que atuam no território, e que contribuem para a sua Educabilidade (instituições educativas, associações, empresas).

Esta fase ficou completa com o levantamento dos recursos físicos existentes no espaço público, visto que estes são os lugares, por excelência, de equidade e inclusão social e cultural da população.

A informação recolhida foi sistematizada e transposta cartograficamente para o mapa do concelho. Este documento permite identificar a natureza e quantidade dos recursos existentes, as áreas de maior riqueza e, por outro lado, as áreas menos trabalhadas ou omissas. Esta é uma análise de necessidades, que combina diversas fontes de informação, exógenas e endógenas ao município, de carácter qualitativo e quantitativo, que permitirá, na segunda fase, identificar, nomeadamente:

- . PONTOS FORTES e a sua sustentabilidade;
- . PONTOS FRACOS e riscos da sua permanência;
- . OPORTUNIDADES num horizonte definido;
- . AMEAÇAS num horizonte definido.

O mapa, posteriormente decomposto por freguesias, constituirá um instrumento de conhecimento fundamental nas sessões participativas com a população, pois integrará toda a informação sistematizada, colocada de modo a que seja de fácil leitura.

¹⁵ Por Recursos, entendemos todos os meios materiais e humanos existentes no concelho e, eventualmente no distrito, que possam contribuir para enriquecer a experiência educativa dos cidadãos do concelho.

4.2 Processo participativo de diagnóstico e construção do PEL

É com base neste percurso, muito centrado nas necessidades e nas competências da pessoa, que o município se encontra a delinear a visão estratégica do **Projeto Educativo Local**, implicando a comunidade na missão de construção de um bem comum. A cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras e estas devem centrar-se no investimento cultural e na formação permanente, pelo que a pertença ao **Movimento das Cidades Educadoras**, a nível nacional e internacional, tem permitido ao município de Palmela consolidar a intencionalidade educativa das políticas e dinâmicas locais, com o sentido da participação na construção coletiva do território. Qualquer intervenção da cidade educadora deverá assentar em três princípios fundamentais:

- **Informação**, respeitante à comunicação necessária para que se verifique igualdade de oportunidades no acesso aos projetos e programas desenvolvidos na cidade;
- **Participação**, ou seja, a promoção da coresponsabilização dos cidadãos nas opções que lhes são destinadas;
- **Avaliação**, através da verificação e medição dos resultados ou eficácia das medidas concretizadas.

O documento estratégico que deste percurso resultará, terá como objetivo apresentar o compromisso coletivo do Município de Palmela na sua função educadora, e promover a literacia enquanto conjunto de competências que capacita o indivíduo para a compreensão e ação no mundo que o rodeia. Será um instrumento de planeamento organizacional que definirá a política educativa de um território de acordo com os seguintes pressupostos:

- Expressar a identidade do território;
- Assumir finalidades que norteiam as atividades conjuntas das instituições que nele cooperam;
- Congregar escolas e um conjunto alargado de parceiros na definição e execução de uma política educativa local;
- Integrar uma dimensão de negociação e de concertação exigente;
- Reconhecer potencialidades do município e efetuar o levantamento de pontos fortes e forças.
- Procurar encontrar preocupações comuns;

A metodologia aqui apresentado reflete um processo que integra, simultaneamente, um diagnóstico da realidade educativa do concelho de Palmela, identificando e conjugando expectativas e necessidades para a construção conjunta de um plano de ação. O processo de investigação que se pretende realizar, somará momentos de intercâmbio entre o saber técnico e o "saber cidadania", facilitando a construção coletiva do conhecimento, a qual é ponto-chave para a provocar a mudança.

Assumimos como pressupostos base deste processo de diagnóstico e construção do PEL o que se considera ser uma investigação-ação participativa¹⁶, aliando o conhecimento e a ação, unindo o individual e o coletivo, desde a construção de informação até à tomada de decisão:

- As pessoas implicadas neste processo não serão objetos mas **sujeitos participantes** na ação e na investigação;
- O **conhecimento e a ação** estão em união, um trabalho contínuo de reflexão coletiva e ação com e para os grupos;
- A utilização de técnicas que permitem **conhecer e ao mesmo tempo transformar** (entrevistas semiestruturadas, grupos de discussão, oficinas de criatividade social, mapas de redes, entre outros);
- A congregação do conhecimento técnico e do conhecimento de cidadania e reconhecimento de que o **pensamento não é estático** mas que surge do intercâmbio de várias fontes;
- A **dimensão individual à dimensão coletiva** permite criar relações entre os diferentes participantes, reconstruindo e entrelaçando rede;
- Os **momentos e espaços vividos** no processo é tão, ou mais importantes, que o produto final (documento PEL).

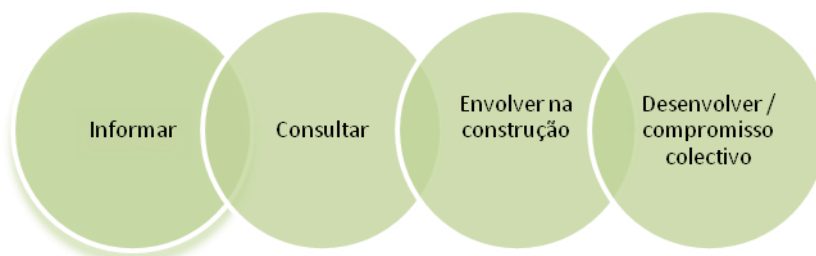
Pretende-se potenciar com este recurso:

- A **planificação participativa**: tomada e gestão de decisões coletivas, encontro e construção de conhecimentos participação;
- A **criação de independências** dando o protagonismo real às pessoas nos seus espaços e âmbitos.
- A **articulação ente o nível organizativo e o institucional** para poder melhor compreender a realidade e atuar assim com uma maior coerência;

¹⁶ "Cuando nos parece que la gente no participa – materiales de apoyo para la participacion" Coords.: Charo Caraballo, Javie Encina, Montse Rosa, Marta Sofia Atrapasueños Editorial, Andalucía, 2004

- A promoção de encontros entre a **cultura profissional** especializada e as **cultura cidadã**, possibilitando entender a totalidade da sociedade, facilitando o trabalho em conjunto.

O percurso que aqui se propõe para diagnóstico e construção do PEL implica um **processo contínuo de participação pública** assente no seguinte esquema:



O **informar** não constitui em si uma forma de participação, trata-se de uma componente essencial para uma participação cidadã efetiva. Ou seja, as pessoas só poderão participar com consciência se tiverem em seu poder informação completa e objetiva sobre o assunto e o processo, para que possam basear as suas opiniões e as suas propostas de forma eficaz.

Durante o momento de **consulta** é possível rececionar “leituras” da realidade e propostas de desenvolvimento e ação neste percurso de diagnóstico e construção do PEL.

O **envolver** outros na construção do PEL implica a inclusão de pessoas interessadas no grupo ou grupos que acompanhem a dinamização do processo e a construção dos vários documentos.

A implicação da comunidade na fase do processo **desenvolver**, a qual implica a realização de um compromisso coletivo, traduz-se na união de parceiros e outros que estando envolvidos na nossa realidade educativa pretendem assegurar coletivamente os vários níveis e dinâmicas definidas no PEL.

O número de pessoas envolvidas nos vários momentos do processo será diferente e estará de acordo com os interesses e disponibilidades. O importante é manter todo o processo aberto à sua participação. Por exemplo, um determinado indivíduo que não participa num momento publico de informação e/ou de consulta pode tomar a decisão de querer participar nos momentos de construção, sendo o nosso papel integrá-lo na equipa que se constituir ou que já esteja constituída.



A colocação deste símbolo no documento marca as fases do processo de participação de cidadãos ou elementos de instituições locais ou espaços de participação do concelho.

4.2.1 Equipa dinamizadora do processo

Propõe-se que a equipa dinamizadora deste processo seja constituída por elementos que terão a função de coordenação e elementos da sociedade civil que, em conjunto com a equipa técnica da

CMP, acompanharão e desenvolverão medidas e iniciativas necessárias para o diagnóstico e construção do PEL.

a) Equipa coordenadora do PEL: Grupo de Trabalho do PEL (Equipa Multidisciplinar de Educação, EME)



b) Equipa de apoio:



É importante que o Conselho Municipal de Educação (CME) esteja, desde o início, consciente do processo e das potencialidades que a sua participação pode promover neste percurso participativo. No entanto, o seu envolvimento será definido de acordo com os interesses, disponibilidades e outros fatores de influência manifestados na primeira reunião sobre o assunto.

A proposta de constituição de uma equipa de apoio implica a abertura do município à participação de outras entidades na responsabilidade de desenvolver este processo de diagnóstico e construção do PEL. Desta forma, à medida que o processo se desenrola, poderão ser integrados elementos de várias áreas, como a educação, cultura, desporto, intervenção social, setor económico, etc. A única expectativa neste ponto é que a autarquia tenha capacidade de deixar o processo em aberto e de receber os cidadãos que manifestem interesse e disponibilidade para tal.

4.2.2 Descrição do processo

Para um funcionamento eficaz deste processo consideramos importante garantir que estes dois passos transversais a todos os momentos:

a) Comunicação e Divulgação

Todo o processo (desde o seu início) deverá estar visível e acessível à população, cidadão e entidades, passando por estratégias como: elaboração de um site, envio de newsletter, divulgação de datas e locais de encontros (sessões de trabalho, fóruns), etc.

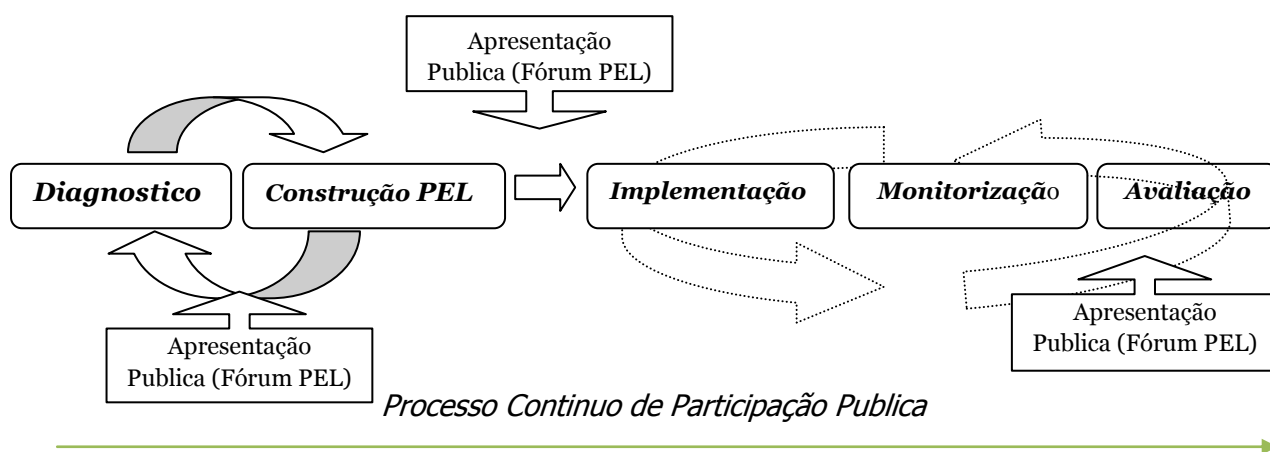
b) Articulação com outros processos em desenvolvimento de diagnóstico e construção de planos de ação



Este é um ponto essencial no processo de forma a evitar uma possível colisão de momentos de promoção de participação da população e entidades locais, dentro da mesma área ou outras distintas. Como estamos a falar de um instrumento estratégico com vista ao desenvolvimento do potencial educativo da cidade, a atualização do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), a elaboração da Agenda XXI, a discussão do PDM e outros planos urbanísticos ou planos de proteção civil, podem ser momentos importantes para articular e rentabilizar informações e espaços.

4.3 Momentos e respetivas fases do processo, com calendarização:

O esquema apresentado pretende evidenciar a concretização de **5 momentos** neste processo de participação cidadã, num percurso contínuo e cíclico: **Diagnóstico; Construção; Implementação; Monitorização e Avaliação.**



A elaboração do diagnóstico (**Fase A, B, C, D**) permitirá, de acordo com a sua metodologia, contribuir para a construção do PEL, bem como a 1ª apresentação pública (**Fase C**) que se propõe realizar antes da concretização final do diagnóstico e propostas de ação (**Fase E**).

A 2ª apresentação pública (**Fase F**) levará à construção final do documento estratégico – PEL – e ao compromisso coletivo da sociedade civil na sua implementação (**Fase G**).

Segue-se o natural desenvolvimento do PEL e a necessária monitorização e avaliação, sendo esta apresentada publicamente, revertendo as conclusões e discussões em novos e parciais diagnósticos e definição de novas orientações e ações.

A proposta de metodologia para a realização do diagnóstico da identidade educativa do concelho segue o seguinte esquema:

PARA REVER

Diagnóstico

eu participo

Leitura e análise de documentos

Saber Técnico e Saber Cidadania

INDICADORES

- Ofertas de Educação formal (quem, quais, duração)
- Ofertas de educação não formal (quem, quais, duração)
- Localização espacial (por freguesias ou outra) de: espaços jogo e recreio, equipamentos culturais / educativos / desportivos
- Planos de remoção dos obstáculos arquitetónicos e de equilíbrio entre o ambiente e a paisagem urbana (identificação de locais e propostas)
- Espaços de informação destinados a crianças (Quais, onde)
- Ações destinadas a promover: o conhecimento da cidade e das instituições; a participação; a orientação pessoal e profissional; a formação dos educadores (profissionais e família); o associativismo. (Quais, quem promove, a quem se destina, duração)
- Áreas de intervenção educativa privilegiadas pelas instituições nos últimos 3 anos. Motivo de escolha dessas áreas.
- Estudos que ajudam a formular as ofertas educativas (quais e quem promove, conclusões)
- Estudos que avaliam o impacto das ofertas educativas existentes (conclusões)
- Recursos pedagógicos produzidos pelos parceiros ou existentes nas instituições (quais, onde, objetivo)
- Dinâmicas de colaboração já implementadas / Redes existentes (quais e como se concretizam - construir mapa)
- Potencialidades do concelho (identificar as características educativas únicas e estratégias para potenciá-las).
- Estratégias educativas bem conseguidas / Pontos de Inspiração (identificar quais)
- Identificação de: 3 problemas, de quem depende a sua resolução e propostas de solução

Planos de atividades

Relatórios de avaliação

Pareceres

Fontes: CME, CLASP/Rede Social, Escolas e Assembleias de Escola, Associativismo

Projetos Educativos

Fontes: Escolas, IPSS's ,

Informações técnicas sobre o PAPE

Fichas de avaliação do PAPE

Relatório Avaliação

Fonte: PEDEPS

Relatórios e Informações sobre conclusões dos Fóruns Desporto e Cultura

Fonte: CMP

Documentos de planeamento estratégico (PDM, Carta Educativa, PDS, Planos de urbanização, etc...)

Entrevistas

Diretores Escola / Agrupamentos Escola

Professores Ensino Recorrente

(...)

Sessões de Trabalho

Técnicos da Autarquia (das várias áreas – social, cultural, económica, ambiente,...)

Juntas de Freguesia

Associações de Pais e Encarregados de Educação + Famílias

Associações de Estudantes + Delegados e Subdelegados + estudantes

Associações Juvenis e jovens

Crianças

Idosos

Associações Culturais e Desportivas

Área económica – FIAPAL, ...

ENA, ADREPES,...

(...)

Até Setembro 2012

Fase A:

- Início da leitura e análise dos documentos referenciados e preparação da informação a ser apresentada à comunidade educativa
- Elaboração de um plano de comunicação e divulgação, incluindo a construção do site e da base de dados para envio de newsletter e receção de propostas
- Comunicação interna do início do processo e responsabilização da coordenação dos vários serviços em informarem e disponibilizarem informação com vista a articulação de processos participativos.

Fase B:



Setembro 2012

- Reunião com o Conselho Municipal de Educação: apresentação da intenção e do processo proposto para diagnóstico e construção do PEL e averiguar sensibilidades e disponibilidades de elementos a acompanhar o processo

Fase C:



Outubro 2012

- 1º Fórum PEL, no âmbito da Receção Comunidade Educativa

O Executivo apresenta à comunidade educativa a intenção e o processo proposto para diagnóstico e construção do PEL, nomeadamente a realização de entrevistas e as sessões de trabalho.

Neste Fórum, serão apresentados os resultados da "re"leitura dos documentos referidos para suporte do diagnóstico.

Além da disponibilização desta informação poderão concretizar-se mesas de trabalho (ou deixar para as sessões de trabalho planificadas por tipo de grupos) para contribuir para o diagnóstico.

Fase D:



Outubro 2012 a Janeiro 2013

- Entrevistas e sessões de trabalho

A informação obtida através destas técnicas irá completar a informação resultante da re-leitura dos documentos anteriormente referidos e levará a um novo estado da interpretação da identidade educativa do concelho, bem como já de algumas propostas de ação / construção e implementação do PEL.

Fase E:



Fevereiro e Março 2013

- Construção Documento Final Diagnóstico e Propostas de Ação

Fase F:



Abril 2013

- 2º Fórum / Apresentação pública

Novamente, o Executivo reúne com todos os parceiros e cidadãos interessados no processo apresentando as novas informações e colocando à discussão o diagnóstico e a proposta de PEL para o concelho de Palmela.



Fase G:

Maio 2013

- Conclusão do PEL e Assinatura de compromisso coletivo

4.4 Técnicas de diagnóstico e análise de causalidades

- **Análise documental:**

- Ficheiros
- Indicadores sociais,
- Dados demográficos
- Dados censitários
- Estudos locais
- Informações de outros diagnósticos

- **Técnicas de recolha de opinião (individuais e coletivas):**

- Não interativos**

- Questionários escritos
- Entrevistas e interlocutores privilegiados
- Questionários por correio e on-line

- Interativos**

- Reuniões públicas
- Fórum comunitário
- Grupo técnico nominal
- Entrevista grupos focais
- Elaboração de cenários
- Analíticos / causalidades
- Espinha de peixe
- Análise causas e consequências
- Mapas de sucesso
- Avaliação da árvore

Avaliação riscos
Avaliação percursos
Análise de impactos cruzados
Análise de campos de força

5. Os principais problemas e necessidades identificados a partir dos princípios do MCE

Categoria 1

Problemas / necessidades (territorializadas)
Recursos
Principais áreas de intervenção identificadas

Categoria 2

Problemas / necessidades (territorializadas)
Recursos
Principais áreas de intervenção identificadas

Categoria 3

Problemas / necessidades (territorializadas)
Recursos
Principais áreas de intervenção identificadas

Categoria 4

Problemas / necessidades (territorializadas)
Recursos
Principais áreas de intervenção identificadas

Categoria 5

Problemas / necessidades (territorializadas)
Recursos
Principais áreas de intervenção identificadas

Princípios para a conceção e gestão do PEL

Mobilização / Participação

Identificar e mobilizar todos os grupos-alvo, agentes e instituições fundamentais para refletir e agir garantindo o sucesso das ações, tendo em conta as necessidades diagnosticadas. Alargar a mobilização a todos os grupos interessados num processo inclusivo, fazedor e formador de participação.

Coresponsabilização / Transversalidade

Envolver o cidadão, os agentes e instituições relevantes no contexto de cada iniciativa, estimulando uma rede de relações com base numa cultura de coresponsabilidade social garantindo a ~~em termos~~ de sustentabilidade do processo e do seu desenvolvimento.

Comunicação / Divulgação / Informação

Estabelecer canais de comunicação eficazes, assegurando que a informação chega a todos os parceiros, tornando evidentes os ganhos de um projeto coletivo.

Monitorização / Avaliação / Levantamento

O levantamento da situação inicial, a monitorização do progresso e a avaliação do seu impacto são passos essenciais na vida de qualquer projeto.

Inovação / Experimentação

Estimular a experimentação de novas abordagens, a inovação nos processos e a postura dos envolvidos, bem como a adoção de novas soluções. Lançar projetos-piloto devidamente monitorizados e criar uma rede de "lugares avançados" a partir de experiências exemplares de implementação de projetos em áreas congéneres a nível local, nacional e internacional.

Siglas

Movimento Internacional das Cidades Educadoras - iniciado com a elaboração da Carta das Cidades educadoras,

Carta das Cidades Educadoras - declaração de Barcelona, 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, Novembro de 1990, revista em 2004

AICE - Associação Internacional das Cidades Educadoras, constituída durante o 3º congresso do Movimento das Cidades Educadoras

RTPCE - Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

Carta Educativa - Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro de 2003 regula o processo de elaboração e aprovação da carta educativa e os seus efeitos

PEL - Projeto Educativo Local

PAPE - Programa de Apoio a Projetos Educativos de Escola, Câmara municipal de Palmela

UNESCO - United Nation Educational; Scientific and Cultural Organization

EME - Equipa Multidisciplinar de Educação, Câmara Municipal de Palmela

CME - Conselho Municipal de educação Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro de 2003, Regula as competências, a composição e o funcionamento dos conselhos municipais de educação, regulando, ainda,

CLASP - Conselho Local de Ação Social de Palmela

PDS - Plano Desenvolvimento Social, do CLASP

PEDEPES, Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal

PDM, Plano Diretor Municipal

FIAPAL, Fórum da Industria Automóvel de Palmela

ENA -Energia e Ambiente da Arrábida

ADREPES - Associação para o Desenvolvimento rural da península de Setúbal

Fórum Cultura

Fórum Desporto

Bibliografia

FREIRE, Paulo – Ação cultural para a liberdade. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

UNESCO – The Plurality of Literacy and its implications for policies and programs. UNESCO: Education Sector, 2004.

COPPINI, Roser Bertran – PEU. Los Proyectos Educativos de Ciudad. Gestión Estratégica de las Políticas Educativas Locales. Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano: Maio, 2006.

(Atas do Seminário Geografias de Inclusão: desafios e oportunidades, 13 de Dezembro 2010, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa ISSN xxx-xxx-xxxxx-x-x

Inclusão Social – do conceito à estratégia: o caso dos sem-abrigo na Cidade de Lisboa, Prof. Doutor José Lúcio, E-GEO - FCSH/UNL e Filomena Marques, Socióloga)